

# PREGÃO ELETRÔNICO

0003/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Câmara Municipal de Jacarezinho/PR – camarajacarezinho@gmail.com.– (43) 3527-1919

UASG: 929055

## OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO PELO LOTE destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e fornecimento de placas para honorarias, nas condições e quantidades descritas no Edital abaixo e em seus anexos.

**PRAZO DE ENTREGA:** No máximo 15 dias após o chamado da CONTRATANTE, por quaisquer meios idôneos (telefone, *whatsapp* e similares, e-mail, por escrito, etc.)

## VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 3.822,00** para um período de 12 (meses), de acordo com as regras definidas neste Edital.

## ENVIO DAS PROPOSTAS INICIAIS

Das 08h00 do dia 08/05/2026 até as 08h00 do dia 20/05/2026.

## DATA DA SESSÃO

Dia 20/05/2026.

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

A partir das 08h00 do dia 20/05/2026.

**MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.**

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM – EXCLUSIVIDADE**

## 1. Sumário

1. Sumário .....	2
2. OBJETO .....	3
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO.....	4
4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.....	5
5. SESSÃO PÚBLICA .....	6
6. INÍCIO DA DISPUTA E VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS.....	6
7. FORMULAÇÃO DE LANCES. ....	7
8. JULGAMENTO .....	8
9. NEGOCIAÇÃO .....	8
10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	8
11. HABILITAÇÃO.....	9
12. DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA. ....	12
13. RECURSOS. ....	12
14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. ....	13
15. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ....	13
16. VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
17. PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS. ....	14
18. ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ....	15
19. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS .....	15
20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	15
21. FORMA DE PAGAMENTO. ....	16
22. PRAZOS E FORMA DE ENTREGA.....	16
23. ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E CASOS DE RESCISÃO .....	17
24. SANÇÕES.....	17
25. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	18
26. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....	19
27. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19
ANEXO II– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ....	21
ANEXO III - CADASTRO RESERVA .....	25
ANEXO IV – PROPOSTA AJUSTADA .....	26

**Câmara Municipal de Jacarezinho/PR**  
**UASG: 929055**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026**  
**(Processo Administrativo n.º 23/2025)**

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR, por meio do(a) Agente de Contratações, designado pela Portaria 41/2023, realizará Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço pelo lote, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2021 e dos Atos da Presidência 1/2022 e 7/2023, além de demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 20/05/2026**

**Envio de propostas: Das 08h00 do dia 08/05/2026 até as 08h00 do dia 20/05/2026**

**Horário da Fase de Lances: A partir das 08h00 do dia 20/05/2026.**

**Critério de Julgamento:** Menor Preço POR LOTE, em sistema de registro de preços.

**Regime de Execução:** Menor Preço POR LOTE, em sistema de registro de preços, mediante pedido, entrega e recebimento.

**Modo de disputa:** ABERTO E FECHADO.

**Agente de Contratações:** Rodolfo Venancio da Silva – e-mail: camarajacarezinho@gmail.com

## **2. OBJETO**

2.1. O objeto do presente pregão é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por registro de preços, visando o item abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	VALOR MÁXIMO ADMITIDO PELO OBJETO
1	Diploma confeccionado em chapa de <b>aço inoxidável escovado</b> , com gravação em <b>baixo-relevo</b> , preenchida com <b>pintura automotiva de alta resistência</b> , nas dimensões de <b>20 cm x 30 cm</b> , acondicionada em <b>moldura de alumínio</b> , com dimensões externas de <b>30 cm x 40 cm</b> , contendo <b>fundo interno revestido em material aveludado</b> , na cor <b>azul marinho</b> , fornecido em <b>estojo/caixa rígida de papelão estruturado</b> ,	unidade	13	Os pedidos, as entregas, o recebimento e o pagamento dependem, exclusivamente, das demandas da Câmara Municipal de Jacarezinho/PR, restando a empresa ciente e compromissada a atender os chamados do órgão CONTRATANTE, sempre que solicitada, e nos termos abaixo	R\$ 3.822,00, sendo R\$ 294,00 por placa solicitada. <b>VALORES MAIORES, TANTO UNITÁRIOS, QUANTO PELO LOTE, NÃO SERÃO ADMITIDOS SOB NENHUMA HIPÓTESE.</b>

	revestido externamente na cor <b>preta</b> , com dimensões aproximadas de <b>35 cm x 45 cm x 5 cm.</b>				
--	--	--	--	--	--

2.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO PELO LOTE**, em sistema de registro de preços, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. A proposta incluída no sistema da plataforma compras.gov.br para o lote **DEVERÁ CONTEMPLAR** descrição da marca/modelo, a ser posteriormente detalhada na proposta ajustada, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da proponente.

2.5. As propostas devem **respeitar tanto os preços máximos unitários quanto o preço máximo total PELO LOTE**, de modo a se evitar “jogo de planilha”, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta, sempre se entendendo como modalidade de registro de preços.

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO.

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.2 Poderão participar do referido lote objeto do pregão para registro de preços **EXCLUSIVAMENTE** os Microempreendedores Individuais, Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, desde que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, conforme disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.3 O Agente de Contratações responsável por este pregão eletrônico, para registro de preços, será: Rodolfo Venancio da Silva; e-mail para contato: [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com).
- 3.4 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.
- 3.5 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- 3.6 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.7 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.
- 3.8. Não poderão participar da presente licitação, diretamente ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas que por qualquer motivo:
  - a) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o Art. 156, IV, da Lei Federal 14.133/21;
  - b) estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Jacarezinho/PR, nos termos do Art. 156, III, da Lei Federal 14.133/21;
  - c) estejam elencadas no art. 9º e/ ou 14 da Lei nº 14.133/2021;

- d) encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;
  - e) constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
  - f) em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
  - g) consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição e sociedades cooperativas.
- 3.9. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:
- a) SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);
  - d) Consulta aos impedidos de licitar junto ao *site* do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 3.10 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.
- 3.11 **AS EMPRESAS NÃO PODERÃO SE IDENTIFICAR NA ESPECIFICAÇÃO DA MARCA E MODELO:** ou seja, nada na especificação da marca/modelo pode identificar, sob quaisquer formas, a empresa que esteja oferecendo a proposta inicial, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sendo possível, entretanto, apresentação GENÉRICA, tal como “SERVIÇO DE PLACAS”, “CONFECÇÃO DE PLACAS”, etc.

#### 4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, devendo **respeitar tanto os valores máximos unitários quanto o preço máximo total PELO LOTE**, de modo a se evitar “jogo de planilha”, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta, e respeitando a premissa de registro de preços.
- 4.3. A proposta incluída no sistema para o lote **DEVERÁ CONTEMPLAR** descrição da marca/modelo, a ser posteriormente detalhada na proposta ajustada, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proponente, nos termos acima descritos.
- 4.4. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos (com duas casas decimais), compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.5. **Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro de preços, estando o objeto passível de ser suprimido ou acrescentado em seu montante, nos termos da Lei, nem será permitida a adesão de outros órgãos/entidades (carona).**

4.6. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.7. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital, sendo que a licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações pertinentes.

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada, sendo que decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **5. SESSÃO PÚBLICA**

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**5.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do LOTE, respeitando o preço unitário máximo por cada componente do grupo.**

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens via “chat” no sistema.

5.3. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com)., sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24 horas após a comunicação aos participantes no devido sistema.

5.7. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **6. INÍCIO DA DISPUTA E VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS.**

- 6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.
- 6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
  - a) proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
  - b) proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;
- 6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

## **7. FORMULAÇÃO DE LANCES.**

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.4. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
  - a) Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
  - b) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate seguirá os critérios definidos no Artigo 60 da Lei Federal 14.133/2021.
  - c) Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
  - a) O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

a) A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7. Não haverá intervalo mínimo de valor entre os lances.

## 8. JULGAMENTO

8.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

8.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

8.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento do pregão eletrônico, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

8.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada, **QUE DEVERÁ SER ENVIADA NO PRAZO MÁXIMO DE 2 (DUAS) HORAS APÓS SOLICITAÇÃO**, ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

**6.4. DEVIDO AO FATOR DESCRITO ACIMA É ALTAMENTE RECOMENDÁVEL QUE TODOS OS PARTICIPANTES ESTEJAM LOGADOS NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, EM ESPECIAL NO MOMENTO DO ENCERRAMENTO DE FASE DE LANCES.**

## 9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

a) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

b) Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## 10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 3 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

a) Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com)., devendo o Pregoeiro, nessa



hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**b) O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema,** podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

c) Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

d) O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

e) A apresentação dos materiais e documentos não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pela Contratante.

f) Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2. A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Contratante poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

10.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços ofertados pelo lote, que não poderão ser superiores aos valores estimados, e deverão considerar os valores unitários. Nesse caso;

a) O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

b) Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

c) Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

## 11. HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

a) Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g) RG e CPF do representante legal da empresa;

11.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou última consolidação respectiva.

**11.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais, conforme alterações da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Certidão Negativa desta também deverá ser apresentada;

d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura e julgamento, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Link de acesso: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

11.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

a) Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

b) Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Câmara Municipal de Jacarezinho/PR, no endereço Rua Coronel Baptista, 335, 1º Andar, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000.

11.7. Poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.8. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos descritos abaixo e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

a) Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.7 o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

b) Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

c) O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

d) Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

e) Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.9. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.12. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

b) A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.13. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos, exceto o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.14. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.15. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.16. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.17. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

## **12. DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA.**

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **13. RECURSOS.**

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

a) O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

b) Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item a) deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

c) Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item b).

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

a) Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade máxima do órgão para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado por item pelo ORDENADOR DA DESPESA.

14.2. Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

## **15. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

15.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Contratante convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, por quaisquer meios idôneos (whatsapp, e-mail, etc), sendo que a assinatura valerá mediante uso da certificação digital ICP Brasil, ou envio de via digitalizada assinada, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis de sua convocação.

a) O envio das vias físicas da Ata de Registro de Preços assinada acontecerá em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura eletronicamente validada.

b) O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.2. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame.

a) O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

b) Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3. Os registros se farão da seguinte forma:

a) Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

b) No anexo da ARP: Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação, sendo que para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem a) terão preferência e se houver mais de uma licitante nas situações do subitem b), serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

15.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

a) A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro.

b) A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

c) Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

15.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

a) A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

## **16. VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

16.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas, sendo que será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

16.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência.

## **17. PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS.**

17.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente e não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação, conforme disposto no § 2º, do art. 9º, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no § 1º e inciso II, do § 3º do Art. 86, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **18. ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

18.1. O Setor Administrativo da CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, atuando como fiscal da Ata o Sr. Leandro Theodoro da Silva, Técnico Administrativo, e como gestor da Ata o Sr. Eduardo Feriato, Diretor Geral.

18.2. A convocação do fornecedor beneficiário pela CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR poderá ocorrer por quaisquer meios idôneos (whatsapp, e-mail, telefone, etc.) com a respectiva emissão de nota de empenho ao atendimento do pedido.

18.3. O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4. Quando comprovada a hipótese acima a Contratante poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## **19. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

19.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 25 a 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e observados os requisitos estabelecidos no **Ato da Presidência 07/2023, de 16 de junho de 2023. (REGULAMENTO PRÓPRIO)**.

19.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

19.3. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de realização da orçamentação, observado o cálculo de atualização monetária fornecido pela calculadora do TCE/PR no ano da prorrogação do ajuste, ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

## **20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.**

20.1. O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

b) por iniciativa da CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR, quando o fornecedor:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho

decorrentes da Ata de Registro de Preços;

- sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE JACAREZINHO/PR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

- por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado;
- configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.2. Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, a CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.3. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente por extinção da totalidade do seu objeto e/ou quando não restarem fornecedores registrados.

## **21. FORMA DE PAGAMENTO.**

21.1. O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos e/ou serviços não executados ou executados de forma incompleta.

21.2. Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

21.3. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

21.4. Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 21.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

21.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela contratante, entre o término do prazo referido no item 21.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria será de 1% (um por cento), mais 0,5 % (meio por cento) ao mês de atraso.

21.6. Os pagamentos correrão pela dotação orçamentária 01.010.01.031.0001.2.001000.3.3.90.30.15.00.00 – MATERIAL PARA 01.010.01.031.0001.2.001000.3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

## **22. PRAZOS E FORMA DE ENTREGA.**

22.1. A entrega do objeto, seja em forma de fornecimento de material ou o início da execução de serviço, ocorrerá no prazo não superior a 72 (setenta e duas) horas da solicitação, contadas do recebimento da Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho que será encaminhada através de quaisquer meios tecnológicos idôneos (whatsapp, e-mail, etc.), de acordo com os dados fornecidos pela CONTRATADA, salvo motivo devidamente justificado por escrito pela CONTRATADA, e aceito por quaisquer meios idôneos pela CONTRATANTE.

22.2. A CONTRATADA tem o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o início da execução do serviço para entrega-lo perfeito e acabado, salvo motivo devidamente justificado por escrito pela CONTRATADA, e aceito por quaisquer meios idôneos pela CONTRATANTE.



a) Feito o recebimento provisório dos materiais e/ou dos serviços, caso um ou mais produtos/materiais ou os serviços prestados estejam em desacordo com o avençado/solicitado, seja por questão de **quantidade, qualidade, marca, prazo de validade, condições de acondicionamento, etc.**, a vencedora do certame deverá realizar a correção no prazo de 48 (horas), sob pena de ser responsabilizada nos termos das sanções descritas abaixo.

b) Se os materiais e/ou serviços estiverem de acordo com a proposta aceita pela CONTRATANTE **EM TODOS OS SEUS TERMOS (quantidade, qualidade, marca, prazo de validade, condições de acondicionamento, etc.)** será realizado o recebimento definitivo dos itens;

22.3. A prestação dos serviços será realizada à conveniência e necessidade da CONTRATANTE., de modo que na nota fiscal emitida deverá ser incluído, mensalmente, o total das aquisições e serviços efetivamente realizados pela CONTRATANTE e entregues pela CONTRATADA.

22.4. Por se tratar de mera estimativa, o valor total a ser licitado não constitui, em hipótese alguma, compromisso de aquisição, podendo sofrer acréscimo ou supressões, de acordo com a necessidade, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

22.5. Constatadas irregularidades no material ou no serviço entregue, a CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação ou à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o fiscal motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da notificação por quaisquer meios idôneos (whatsapp, e-mail, telefone, etc.).

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do fiscal, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da notificação por quaisquer meios idôneos (whatsapp, e-mail, telefone, etc.), sem prejuízo das penalidades cabíveis.

22.6. À CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo fiscal ou pelo gestor designados.

## **23. ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E CASOS DE RESCISÃO**

23.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, mas as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

23.2. A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.3. A extinção do ajuste poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes; ou

c) determinada por decisão judicial.

23.4. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE, sendo, em quaisquer casos, formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **24. SANÇÕES.**

24.1. A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho nos prazos estabelecidos caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

a) Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item acima.

24.2. Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

a) Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá: aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho e determinar a rescisão unilateral do ajuste.

24.3. O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

d) Findo o prazo do subitem c) será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 24.2.

24.4. Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 24.2. e 24.3. deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

24.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente, em quaisquer casos sempre sendo assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.

24.6. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

24.7. As sanções de multa poderão ser descontadas diretamente do valor a ser recebido pela CONTRATADA após o devido processo legal.

## **25. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.**

25.1. Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada pelo sistema compras.gov.br ou para o endereço eletrônico camarajacarezinho@gmail.com.

25.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação, que não ensejará efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

25.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, pelo sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) ou para o endereço eletrônico [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com).

a) O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

25.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sistemas devidos e terão efeito vinculativo a todos os participantes.

## **26. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.**

26.1. CONTRATANTE e CONTRATADO se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

26.2. O fornecedor beneficiário declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela CONTRATANTE, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

26.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

26.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

26.5. O fornecedor beneficiário fica obrigado a comunicar em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

26.6. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## **27. DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

27.2. Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 — Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo 2— Cadastro de Reserva e Anexo 3— Modelo de Proposta Ajustada.

27.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

27.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

27.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

27.6. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares da CONTRATANTE no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, dos prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, das diligências e saneamento de falhas, da aplicação de sanções e dos procedimentos posteriores à homologação do certame.

27.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG não vinculam a CONTRATANTE, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

27.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, a não ser as que envolvam diretamente a utilização do sistema, que deverão ser sanadas junto ao órgão federal adequado.

27.9. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o Foro da Comarca de Jacarezinho, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.

27.10. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

27.10.1. republicar o presente edital com uma nova data;

27.10.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

27.10.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

27.10.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

27.11. As providências dos subitens descritos acima também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**27.12. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. FAVOR SEGUIR AS ORIENTAÇÕES APRESENTADAS NESTE EDITAL, SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA no sistema compras.gov.br.**

27.13. Dúvidas sobre o procedimento deverão ser enviadas via chat, canal por onde serão também respondidas, ou pelo e-mail [camarajacarezinho@gmail.com](mailto:camarajacarezinho@gmail.com)., desde que em tempo hábil, considerando o tempo de duração do pregão eletrônico.

27.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

27.15. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

27.16. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.17. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.18. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

27.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, para todos os efeitos.

27. 20. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Jacarezinho, 05 de maio de 2026.

---

JOSÉ IZAÍAS GOMES – “ZOLA”

Presidente

## **ANEXO II– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2026**

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO, com sede na Rua Coronel Baptista, 335, 1º Andar, Centro, na cidade de Jacarezinho , Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.510.404/0001-98, neste ato representado(a) pelo Excelentíssimo Senhor Presidente José de Izaías Gomes – “Zola”, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para o REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2026, publicada no dia 07/05/2026 referente ao processo administrativo nº 23/2026 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Ato da Presidência 07, de 16 de junho de 2023, e à proposta da CONTRATADA, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1. OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e e fornecimento de placas para honorarias, nos termos do respectivo edital, para atender as necessidades da CONTRATANTE, especificado(s) no(s) respectivo Edital que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1..2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem na tabela abaixo:

#### **\*PLANILHA COM A PROPOSTA AJUSTADA**

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 2. ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será a CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR, não havendo órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

2.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, sendo vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos da Lei.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

a) Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo possível a apresentação de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, e com a proponente se obrigando nos limites dela;

3.4. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou se manterem sua proposta original final, sendo respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

a) O registro a que se refere o item acima tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 6.

3.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.8. A ata de registro de preços será assinada pelos meios previstos no edital, e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, sendo que no caso de não assinatura fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes

do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### 4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como **pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando-se o Ato da Presidência 07/2023 em quaisquer casos (REGULAMENTO PRÓPRIO DA CONTRATANTE);**

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Previsto em edital, no caso do reajustamento, devendo ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação e no caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

d) Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de orçamentação, observado o cálculo de atualização monetária fornecido pela Calculadora do TCE/PR no ano da prorrogação do ajuste, ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

#### 5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

d) Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado cadastro de reserva na ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo-se o rito do Ato da Presidência 07/2023, como descrito acima.

a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

f) O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado cadastros da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) Por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado;

d) Não aceitar manter seu preço registrado;

e) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

f) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;



c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado; ou

d) por decisão judicial, quando não for possível composições amigáveis.

## 7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, e também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jacarezinho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

JOSÉ IZAÍAS GOMES – “ZOLA”

---

Assinaturas do(s) representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

---

RODOLFO VENANCIO DA SILVA  
CPF: 366.271.248-23

---

LEANDRO THEODORO DA SILVA  
CPF: 053.862.189.30

## CADASTRO RESERVA

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, ou que mantiveram suas propostas, de acordo com a classificação final do registro de preços:

**\*PLANILHA COM A PROPOSTA AJUSTADA**

## **ANEXO IV – PROPOSTA AJUSTADA**

**Ref.: Pregão para Registro de Preços 3/2026**

**Apresentamos nossa proposta para fornecimento do Item abaixo:**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL**

**NOME COMPLETO REPRESENTANTE LEGAL:**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:**

**ENDEREÇO e TELEFONE:**

**AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

### **2. CONDIÇÕES GERAIS**

**2.1. A proponente declara conhecer os termos do Edital que rege o presente certame.**

### **3. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

**3.1. Deverá ser cotado, preço unitário e total do ITEM.**

**3.2. A proposta terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura da sessão.**

**3.3. A garantia do produto ou serviço será conforme a validade expressa na sua embalagem original, de conformidade com as informações do fabricante, e/ou declaração de garantia expressa na proposta de preços.**

### **4. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)**

**4.1. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (frete, obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento, inclusive o seu manuseio e transporte até a sede da CONTRATANTE.**

**4.2. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

**LOCAL E DATA**

---

**ASSINATURA**



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1º. Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR - CEP 86400-000 - Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: [cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br](mailto:cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br) – Site: [www.jacarezinho.pr.leg.br](http://www.jacarezinho.pr.leg.br)

## **Formalização de Demanda 27/2026**

Jacarezinho, 29 de abril de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho

**Assunto:** Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas para honorarias.

Considerando a outorga de títulos honoríficos ao farmacêutico e empresário **Fernando de Carvalho Pereira** e ao Administrador de Empresas **Jorge Kawai**, agendadas para o dia 18 de junho de 2026;

Considerando, ainda, a existência de outros títulos honoríficos aprovados por esta Casa de Leis, pendentes de entrega, bem como que a Presidência projeta a entrega de 13 (treze) dessas honorarias, conforme cronograma a ser oportunamente definido;

Considerando a necessidade de padronização, qualidade e adequação das honorarias concedidas pelo Poder Legislativo Municipal;

Vimos, por meio do presente, solicitar a Vossa Excelência autorização para que o setor competente promova a abertura de procedimento visando à **contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas de honraria**, destinadas à entrega dos referidos títulos, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Diploma confeccionado em chapa de <b> aço inoxidável escovado</b> , com gravação em <b>baixo-relevo</b> , preenchida com <b>pintura automotiva de alta resistência</b> , nas dimensões de <b>20 cm x 30 cm</b> ,	unidade	13



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1º. Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR - CEP 86400-000 - Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: [cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br](mailto:cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br) – Site: [www.jacarezinho.pr.leg.br](http://www.jacarezinho.pr.leg.br)

	acondicionada em <b>moldura de alumínio</b> , com dimensões externas de <b>30 cm x 40 cm</b> , contendo <b>fundo interno revestido em material aveludado</b> , na cor <b>azul marinho</b> , fornecido em <b>estojo/caixa rígida de papelão estruturado</b> , revestido externamente na cor <b>preta</b> , com dimensões aproximadas de <b>35 cm x 45 cm x 5 cm</b> .		
--	--	--	--

Destaca-se que **a forma de contratação mais adequada é por meio de Ata de Registro de Preços**, tendo em vista tratar-se de demanda futura e eventual, cuja contratação não obriga a aquisição imediata, permanecendo os itens registrados à disposição da Administração conforme a necessidade, garantindo maior economicidade, flexibilidade e eficiência na gestão pública.

A presente solicitação tem por finalidade garantir a adequada execução das solenidades oficiais, bem como assegurar o devido reconhecimento aos homenageados.

Como estimativa de preços, segue anexa cesta(s) de preços realizada(s), contendo o preço médio unitário no valor de **R\$ 294,00** e global no valor de **R\$ 3.822,00**.

Tendo em vista que o objeto da contratação consiste em item único, de natureza indivisível e padronizada, não se mostra técnica nem economicamente viável o parcelamento da contratação.

Considerando que tal formalização atende aos itens obrigatórios de um estudo técnico preliminar (Art. 18, § 2º, Lei nº 14.133/21) e, ainda, diante da baixa complexidade da contratação, da quantidade reduzida de itens e do amparo normativo nos Atos da Presidência nº 01/2022 e nº 07/2023, dispensa-se a elaboração do referido estudo.

Certos de vossa atenção, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.


Nestes termos, pede-se deferimento.



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1º. Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR - CEP 86400-000 - Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: [cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br](mailto:cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br) – Site: [www.jacarezinho.pr.leg.br](http://www.jacarezinho.pr.leg.br)

  
**LEANDRO A. THEODORO DA SILVA**  
Técnico Administrativo

## DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

- I. R. hoje.
- II. Defiro a solicitação.
- III. Encaminhe-se:

a) ao Setor Contábil para: *demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido contendo, no mínimo, valor total gasto na dotação, valor total gasto com o tipo de contratação direta, especificação do valor a ser empenhado quando houver mais de uma dotação a ser utilizada e inclusão no cômputo do valor ainda não empenhado, mas já contabilizado em pareceres anteriores em processos em andamento, Jurídico e ao Departamento de Licitações, para verificação quanto à forma e a possibilidade ou não da contratação.*

b) ao Setor Jurídico para: *controle prévio de legalidade.*

c) ao Agente de Contratações para: *comprovação da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.*

d) ao Setor Jurídico para: *parecer jurídico.*

Jacarezinho/PR, 29/04/2026.

  
**JOSE IZALAS GOMES - "ZOLA"**  
Presidente



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1º. Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR - CEP 86400-000 - Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: [cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br](mailto:cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br) – Site: [www.jacarezinho.pr.leg.br](http://www.jacarezinho.pr.leg.br)

---





# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1º. Andar – Centro – Caixa Postal 11

Jacarezinho/PR - CEP 86400-000 - Telefone: (43) 3527-1919

E-mail: cmjacarezinho@jacarezinho.pr.leg.br – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

## **PARECER CONTÁBIL**

**31/2026**

Em atenção ao despacho do Excelentíssimo Presidente desta Câmara Municipal, conforme **Formalização de Demanda nº 27/2026**, informo a Vossa Excelência, a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da **Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de placas de honraria, no preço médio global de R\$ 3.822,00,** sendo o valor unitário de R\$ 294,00, conforme Formalização de Demanda apresentada.

A despesa poderá ser realizada conforme demonstrativo a seguir:

<b>PARECER</b>	
<b>Funcional Programática</b>	<b>01.010.01.031.0001.2.001000</b>
Dotação orçamentária	3.3.90.30.00.00.00
Descrição dotação	MATERIAL DE CONSUMO
Saldo da dotação	R\$ 235.605,13
Desdobramento	3.3.90.30.15.00.00
Descrição	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS
Total empenhado	R\$ 0,00
Total em trânsito	R\$ 0,00
Valor informado	R\$ 3.822,00

É o parecer.

Jacarezinho-PR, 29 de abril de 2026.

  
Moisés Gonçalves de Lima Pinheiro  
Contabilista Legislativo